



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

RESPOSTA

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO DE ORIGEM Nº: 0042.244886/2020-67 – Sistema Eletrônico de Informações SEI/RO

REFERÊNCIA: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 007/2020/CEL/SUPEL/RO

OBJETO: Contratação de agência especializada na prestação de serviços técnicos de publicidade e propaganda, de caráter educativo e informativo e de orientação social, nos termos § 1º do artigo 37 da Constituição da República Federal, Lei Federal nº 12.232, de 29/04/2010, e de forma complementar as Leis nº 4.680, de 18/06/1965 e nº 8.666, de 21/06/1993, para atender o Governo do Estado de Rondônia.

EMPRESA IMPUGNANTE: ALPHA FILMS LTDA, inscrita no CNPJ 04.432.782/0001-99. Impugnação (0015144117).

I - DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante alega que o prazo de 30 dias entre a publicação do edital e o recebimento das propostas é incompatível com as normas gerais que versam sobre licitação, informado que conforme alínea b, inciso I, do § 2º, do art. 21, da Lei 8666/1993, o prazo mínimo para esse tipo de licitação deve ser de 45 dias.

Alega também que com a inserção de dois Adendos modificadores, o prazo para recebimento das propostas deveria ser alterado, tomando como base para sua alegação o § 4º art. 21 da Lei 8666/1993.

II - DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Em síntese, requer que seja republicado o edital de licitação, com novo agendamento para recebimento das propostas.

III. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Com relação a alegação de que o prazo de recebimento das propostas está incompatível com o dispositivo legal, damos razão à impugnante, tendo em vista tratar-se de procedimento licitatório na modalidade Concorrência Pública, do tipo Melhor Técnica, o que conforme inciso I, do § 2º, do art. 21, da Lei 8666/1993, estabelece prazo mínimo de 45 dias, entre a data de publicação do Edital e a sessão de recebimento das propostas. Vejamos:

...

§ 1º O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

I - quarenta e cinco dias para:

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"

Dessa forma será publicado novo Aviso estendendo prazo para apresentação das propostas, de modo a respeitar o prazo mínimo de 45 dias entre a publicação do edital e a sessão de abertura do procedimento licitatório.

Quanto a alegação de que deverá ser iniciado novo prazo para a abertura da sessão em razão da publicação do Adendos Modificadores, o entendimento desta comissão é o de que não há necessidade desta alteração, pois trata-se de alteração que de forma clara não altera a formulação da proposta. O próprio texto legal trazido pela impugnante, apresenta essa ressalva, vejamos:

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, **exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.**

Percebe-se que em ambos os Adendos nada foi acrescentado no instrumento convocatório.

O primeiro houve apenas a supressão do termo concordata e recuperação judicial (item 2.2.2.1 do edital), bem como alinhamento entre o Edital e o Termo de Referência (TR) e norma já descritas em ambos. Tais alterações em nada modifica o objeto a ser licitado, a forma de apresentação das propostas técnicas, ou até mesmo o valor a ser ofertado.

Quanto ao segundo Adendo, similar ao primeiro, houve apenas a convergência de redação entre o Edital e o TR, Mais um vez fica claro que esses meros ajustes não afetarão a formulação das propostas por parte dos licitantes.

Não se vislumbra que os ajustes realizados por meio dos Adendos tragam prejuízos aos licitante. Não houve inserção de exigência de nova documentação habilitatória, nem supressão de documentação já exigida; não houve qualquer alteração no objeto a ser licitado.

Ademais, todos os Adendos realizados foram publicados pelos mesmos meios em que se deu a publicação original, em conformidade com a exigência legal.

Nesse sentido, é o entendimento do Tribuna Regional Federal:

"[...]exclusão dos critérios com base no número de guichês e pontuação com base na localização do imóvel não afeta a proposta. Conforme o anexo 05 do edital (fls. 48/53) os referidos itens continuam recebendo pontuação no momento de julgamento da proposta técnica e, portanto, a simples retirada destes como critério de desempate não traz consequências que determinem o estabelecimento de novo prazo para os concorrentes efetuarem mudanças em suas propostas [...]" (TRF-3 - AMS: 00014416620104036104 SP 000144166.2010.4.03.6104, Relator: DESEMBAGADORA FEDERAL CONSUELO YOSHIDA. 07.04.2016, SEXTA TURMA, e- DJF3 19.04.2016)

Tal entendimento deixa claro que a simples alteração de edital que não afete a formulação das propostas e que também não comprometam o caráter competitivo do certame, nem frustrem a participação de interessados em contratar com o poder público, não obrigará a reabertura do prazo de publicidade. Para esse argumento específico NÃO damos razão ao alegação da licitante.

Porto Velho, 10 de dezembro de 2020.

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA

Pregoeiro – CEL/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Analista**, em 10/12/2020, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0015144926** e o código CRC **B98EE35F**.

Referência: Caso responda este(a) Resposta, indicar expressamente o Processo nº 0042.244886/2020-67

SEI nº 0015144926